



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS
Secretaria Municipal da Fazenda
Secretaria Adjunta da Secretaria Municipal da Fazenda

Ilmo Sr. Secretário Adjunto da SMF

ISENÇÃO DE TAXA DE LOCALIZAÇÃO/REMISSÃO
Lei nº 2.321/2020

documento de Identidade nº _____, CPF nº _____

residente a _____

_____ nº _____ apto _____ bairro _____

_____ telefone p/contato _____, representante

legal da entidade _____

estabelecida à _____, nº _____, l

complemento _____, bairro _____,

inscrita no CNPJ sob o nº _____, CMC sob o nº _____ com a

atividade de _____: Vem requerer ISENÇÃO

TRIBUTÁRIA () / REMISSÃO DE DÉBITOS () da Taxa de Licença e Fiscalização para Localização e

Funcionamento ora sob lançados sob a responsabilidade da entidade acima identificada, tudo conforme

disposto na Lei nº 2.321, de 14 de Janeiro de 2019 e enquadramento desta entidade no dispositivo

constitucional que trata da IMUNIDADE TRIBUTÁRIA contida no art. 150, VI, alínea "c" da Constituição

Federal, em razão de atender os requisitos elencados no art. 14, incisos I,II,III e §§ 1º e 2º da Lei nº

5.172/66, combinados com o disposto no seu art. 9º, § 1º, ao tempo em que DECLARA, sob as penas

das Leis Federais nº 4.729/65 e nº 8.137/90 e sob pena de aplicação das multas previstas na Lei nº

1.862/2010, (CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS), que as informações

e os documentos apresentados neste pedido são a expressão da verdade.

OBS: _____

Nestes termos,

Pede Deferimento.

Palmeira dos Índios, _____ de _____ de 202__

Requerente

DOCUMENTOS PARA SEREM ANEXADOS AO REQUERIMENTO:

- 1) Cópia do estatuto social ou dos documentos constitutivos da entidade;
- 2) Cópia da ata da assembleia que empossou a diretoria;
- 3) Cópias CPF do RG ou Carteira de Motorista do requerente;
- 4) Cópias do balanço patrimonial (Demonstrações de Resultado);
- 5) Cópia do registro no Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social – CNEAS;
- 6) Cópia do relatório de débitos do contribuinte.

OBSERVAÇÕES:

- 1) Somente o representante legal da entidade pode requerer o enquadramento.
- 2) Servidor público dará autenticidade nas cópias dos documentos apresentados pelo requerente após conferi-las com os respectivos originais exibidos.